

O que nós queremos*

Formatado: Fonte: 18 pt

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo e diretor do Instituto Pólis

Formatado: Fonte: Itálico

Publicado em: 18/08/2005

É preciso conquistar um novo lugar na política para a participação da cidadania ativa, para as representações coletivas que lutam pelo que queremos

Nestes tempos em que a desilusão ronda nossos sonhos é importante resgatar e valorizar o que queremos. E reunir as pessoas em torno de nossas utopias, tornar possível aquilo que mais desejamos. A liberação das imensas energias sociais que represamos faz a diferença.

Descobrimos que não estamos sós, que somos muitos e podemos, com nossa força coletiva, mudar as coisas que aí estão. Essa é a chave do encantamento. Ao longo da história da humanidade houve momentos, como esse, em que o futuro é incerto, a opressão e a lógica do pensamento único nos sufocam, ficamos sem saber qual o rumo a tomar. E, quando menos esperamos, abrem-se novos caminhos. Isso não acontece por um passe de mágica. Acontece porque existem outros, como nós, que se puseram em movimento e, pela via das mobilizações sociais, construíram novas oportunidades, ofereceram resistência e promoveram rupturas.

Criaram as condições para que surja o novo. O primeiro momento é o da resistência. É dizer não. Não ao individualismo, ao egoísmo, à competitividade. Não à sociedade orientada pelos valores de mercado, onde quem vale é quem tem mais. Não à violência econômica que em nome da produtividade, joga no desemprego e na pobreza a grande maioria. Não ao desrespeito aos direitos humanos, que submete milhões à fome, ao trabalho infantil, à prostituição, à criminalidade, às discriminações de toda ordem. Não à segregação espacial, que confina as grandes maiorias pobres às favelas, às periferias, aos lugares insalubres que não tem valor de mercado. Não à cultura de massas, que submete todos ao imaginário do consumo e ao lugar subalterno que devem ocupar frente aos donos do poder. Não à dominação do capital financeiro internacional, que destrói nossa soberania nacional e nossas possibilidades de desenvolvimento.

O segundo momento é dizer sim. Afirmar o que queremos. Queremos paz e uma sociedade próspera e solidária, onde todos tenham dignidade, respeito e trabalho. Queremos repartir a riqueza e a renda. Queremos que nossos jovens tenham um futuro promissor, possam se realizar na produção, na cultura, nas artes. Queremos uma sociedade plural, diversificada, rica nas suas múltiplas formas associativas e expressões culturais. Queremos justiça social e igualdade. Queremos que as mulheres, os negros, os indígenas, os portadores de deficiências, e todos aqueles que hoje são discriminados, sejam valorizados e reconhecidos como cidadãos com plenos direitos.

Queremos que todos tenham acesso à uma vida saudável, à educação, saúde, saneamento,

moradia. Queremos o respeito à natureza, às outras espécies e ao equilíbrio ecológico. Queremos preservar o nosso planeta para nós e para as futuras gerações.

Queremos liberdade e o direito ao desenvolvimento sustentável. E queremos que estes objetivos comecem a ser perseguidos já, por todos governos e pela sociedade.

Querer é poder. Mas não sejamos ingênuos. Há muitos poderes a enfrentar. Há muitas rupturas a produzir. A resistência é a construção de contra-poderes. A resistência se expressa hoje no controle social das políticas públicas, no controle social do orçamento público, na formulação de políticas de inclusão social, nas lutas pela democratização de nossa democracia. Não basta participar das eleições ou das novas esferas públicas, como os conselhos de gestão de políticas específicas ou do orçamento participativo. É preciso conquistar um novo lugar na política para a participação da cidadania ativa, para as representações coletivas que lutam pelo que queremos. Temos que nos mobilizar para que estas novas esferas públicas sejam espaços de decisão. E nossa resistência deve ir além do permitido, desafiando a ordem na luta pela criação de novos direitos.

Os governos não farão estas mudanças sem pressão. A autonomia das entidades e movimentos sociais que se propõem a lutar por uma nova sociedade é crucial. Independentes dos governos, dos partidos políticos, capazes de elaborar uma análise crítica da situação atual, capazes de se articular em redes e fóruns, capazes de aglutinar a opinião pública em favor das mudanças, capazes de organizar as manifestações cívicas pela exigibilidade de direitos, estas são as forças sociais que podem impor as rupturas que são tão necessárias.

**Artigo publicado originalmente no boletim São Paulo Nossa Cidade, editado pelo Pólis e outras entidades com o objetivo de colaborar com as discussões das Conferências na cidade.*